

Negociação será lenta e difícil, diz Bresser

«Espero uma negociação longa e difícil, pois há grandes interesses do Brasil em jogo. Mas estamos respeitando também os direitos dos bancos». Foi o que afirmou ontem o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, ao final da reunião de três horas do Conselho Monetário Nacional (CMN), sobre a renegociação da dívida externa que será iniciada na próxima sexta-feira, com a entrega formal da proposta brasileira ao comitê assessor dos bancos credores privados, em Washington (e não mais em Nova Iorque, como informara anteriormente o Ministério da Fazenda).

O Ministro fez estas afirmações ao agradecer o apoio à sua proposta de renegociação e os votos de boa viagem (ele embarca hoje à noite para os Estados Unidos), que lhe foram manifestados, em nome dos empresários privados que são membros do CMN, pelo diretor da Internacional de Engenharia, Sérgio Quintela. Quintela disse que a proposta e a retomada das negociações no esquema idealizado pelo Ministro trazem ao empresário a confiança em que o País voltará a conviver normalmente com o mercado financeiro internacional. E isto, conforme assinalou, traz tranquilidade ao setor interno da economia.

Proposta aceitável

Aos novos membros do Conselho Monetário Nacional nomeados na véspera pelo presidente José Sarney e que ontem almoçaram com ele, no Ministério da Fazenda, Bresser Pereira disse que sentará à mesa com os banqueiros para apresentar «uma proposta aceitável para o Brasil».

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que apresentará a proposta aos banqueiros, afirmou após a reunião que o País proporá a amortização da dívida a longo prazo, ou pelo menos de uma parte

dela. Segundo ele, não faz sentido manter o conflito de negociações passadas, como a de 1982, se credores e devedores reconhecem que os devedores não têm condições de pagar sequer o total dos juros devidos a curto prazo.

Ele disse que não se devem esperar resultados de curto prazo. Mesmo porque o País não aceita condições que lhe imponham sacrifícios injustificáveis, como uma soma exagerada de transferências de recursos que inviabilizem seu crescimento econômico.

Ele acha que é preciso tempo para os banqueiros assimilarem a proposta brasileira de renegociação não convencional, que inclui a colocação de títulos correspondente a uma parcela da dívida. Milliet disse que as negociações deverão ocorrer caso a caso e admitiu até que o País possa renegociar de forma inteiramente convencional a dívida com alguns credores. Mas, segundo ele, com outras instituições poderá haver, em contrapartida, a conversão total da dívida em títulos. Isto porque o Brasil não levará uma proposta fechada, nem aceitará proposta fechada dos banqueiros.

Juros e prazos

O presidente do Banco Central disse que o Brasil teria condições de atender o seu serviço da dívida com um juro real de 1%, como o que vigorou para a Libor (taxa interbancária de Londres) de 1974 a 1980, desde que lhe sejam dados prazos suficientes para isso. Porém, não conseguirá fazê-lo com taxas reais de 6% a 7%, como as que vigoram desde então.

Por isso, conforme afirmou, o Brasil vai insistir na redução das taxas de juros para sua dívida, além de prazos mais longos. A idéia é financiar uma parte a taxas fixas para dividir o risco com a parte que terá juro variável.